



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/54264>

DOI: 10.22478/ufpb.1982-3878.2020v14n2.54264

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2020 by UFPB/Programa de Pós-Graduação em Geografia. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>



INVESTIMENTOS CHINESES, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DO BIOMA DE CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL (MATOPIBA)

Paloma Cristina Costa Guitarrara Furtado
Universidade Estadual de Campinas

Vicente Eudes Lemos Alves
Universidade Estadual de Campinas

Resumo

Pretende-se, neste artigo, estudar as formas pelas quais a China vem se inserindo na região de cerrados do Centro-Norte do país (Matopiba) a partir de investimentos em distintos setores econômicos, destacadamente no comércio de commodities agrícolas de grãos (soja e algodão), infraestrutura de transportes rodoviários, ferroviários e portuários e aquisição de terras. Com a conjuntura global e dos anseios mais recentes dos chineses para o atendimento de sua demanda interna por produtos de origem primária, com vistas a garantir a sua segurança alimentar e o seu padrão de desenvolvimento industrial é sabido que as commodities agrícolas e minerais são os principais produtos escoados do Brasil para o país asiático. A discussão que se propõe no trabalho, nesse sentido, diz respeito ao entendimento sobre a dimensão do comércio de commodities agrícolas nos cerrados centro-norte do Brasil com a China, bem como dos investimentos diretos em infraestrutura e de aquisição de terras por agentes econômicos chineses realizados na região. Busca-se verificar de que maneira o capital de origem no país asiático que ingressa na fronteira agrícola brasileira e, em particular, na região em análise, possui o poder de transformação do ordenamento socioespacial promovendo novas dinâmicas no contexto regional. Os impactos que o ingresso do capital chinês vem produzindo efeitos negativos sobre os espaços de uso pelas populações tradicionais locais. Além disso, esse movimento econômico em larga escala projeta-se produzir transformações ainda mais intensas no sistema produtivo agropecuário e mineral, no uso da terra, no sistema logístico de transporte, mas também nos modos de vida das populações regionais, com a possibilidade de agravamento dos conflitos socioambientais na escala regional.

Palavras-chave: Investimentos chineses. Matopiba. Commodities agrícolas. Infraestrutura. Impactos socioambientais.

INVESTISSEMENTS CHINOIS, RESTRUCTURATION PRODUCTIVE ET TRANSFORMATIONS DE L'ESPACE AGRICOLE DU BIOME DU CERRADO DU CENTRE-NORD DU BRÉSIL (MATOPIBA)

Resumé

L'intention de cet article est d'étudier les formes d'insertion de la Chine dans la région de Cerrados du Centre-Nord du pays (Matopiba) à partir de ses investissements dans divers secteurs économiques, particulièrement dans le commerce de *commodities* agricoles de grains (soja et coton), dans l'infrastructure des transports routiers, ferroviaires et portuaires, et dans l'acquisition de terres. Dans le cadre conjoncturel global et pour répondre à des besoins plus récents de la Chine en produits primaires qui visent à assurer sa sécurité alimentaire et son niveau de développement industriel, les *commodities* agricoles et les minerais sont les principaux produits que le Brésil lui fournit. Ce travail cherche donc à comprendre et évaluer la dimension de ce commerce de *commodities* agricoles du cerrado centre-nord du Brésil vers la Chine, ainsi que les investissements directs en infrastructures et les achats de terres réalisés par des agents économiques chinois dans cette région. On cherche de même à comprendre de quelle manière le capital d'origine asiatique qui entre dans la frontière agricole brésilienne – et particulièrement dans cette région que nous étudions – possède un pouvoir de transformation de l'organisation socio-spatiale et crée de nouvelles dynamiques dans le contexte régional. On constate que les impacts de ce capital chinois sont négatifs sur les espaces de vie et d'usage des populations traditionnelles locales. D'autre part, ce mouvement économique à grande échelle aggrave les transformations profondes qui ont lieu dans le système productif d'agriculture et d'élevage moderne ainsi que de l'activité minière, dans la structure foncière et l'utilisation des terres, dans la logistique des transports, mais aussi dans les modes de vie des populations locales, avec la possibilité d'aggravation des conflits socio-environnementaux à l'échelle régionale.

Mots-clés: Investissements chinois. Matopiba. *Commodities* agricoles. Infrastructure. Impacts socio-environnementaux.

INTRODUÇÃO

Paralelamente ao Brasil, o território chinês passa por profundas transformações na segunda metade da década de 1970, principalmente após 1978 com as reformas estruturais conduzidas por Deng Xiaoping, que condicionaram a forma como a China se reinseriu na conjuntura econômica internacional, de um lado e, de outro, redefiniu a maneira pela qual passou a se relacionar com os países do Sul global, notadamente aqueles potenciais fornecedores de recursos naturais e matérias-primas¹. O Brasil, por sua vez, experienciava um processo de reordenamento produtivo do seu território com o movimento de avanço das

fronteiras agrícolas para o interior do país em contínua expansão. Os monocultivos de soja tornaram-se o carro-chefe da produção agrícola da fronteira. Desse amplo espaço destinado a reprodução do capital, especialmente como atrativo para as grandes empresas nacionais internacionais do agronegócio, destaca-se nas últimas três décadas a região produtiva na parcela do bioma de Cerrados do centro-norte, mais recentemente denominada como MATOPIBA. Trata-se de uma área de extensão de terras em quatro estados brasileiros (Maranhão – MA; Tocantins – TO; Piauí – PI; e Bahia – BA).

Com a crescente necessidade pela importação de grãos decorrente tanto das transformações na dieta e no modo de vida da população e, sobretudo, pela escassez de novas áreas agricultáveis, a China se tornou ainda no início dos anos 2000 um dos principais compradores de soja do Brasil. Mais recentemente a produção do MATOPIBA passa a responder também pela demanda chinesa, que representa uma parcela significativa dos envios da região para o exterior. Para além disso, o MATOPIBA tem sido uma das principais áreas de interesse de investimentos chineses em infraestrutura produtiva e de circulação e distribuição de mercadorias em uma nova fase de ingresso de capitais oriundos daquele país no território brasileiro. Tais inversões financeiras, que se iniciaram, sobretudo, a partir de 2010 e se intensificaram em 2014, tornaram-se, recentemente, indutoras de importantes transformações do espaço agrícola e também de novos conflitos socioambientais na região.

Diante do exposto, busca-se nessa proposta de trabalho entender como a China se transformou no país de grande dinamismo econômico e comprador de *commodities* agrícolas brasileiras, situação que vem permitindo o avanço de relações bilaterais entre os dois países. É dentro desse contexto de expansão das exportações para China que a região de bioma de cerrados do centro-norte do Brasil (Matopiba) ganha relevância econômica e reestrutura sua base produtiva, sustentada em monocultivos agroflorestais cujo destino de tais mercadorias se volta para o país asiático, especialmente de soja e algodão.

Antecedentes históricos: construção das relações sino-brasileiras e o interesse chinês na produção agrícola nacional

As relações sino-brasileiras podem ser divididas em quatro etapas distintas, tendo as três primeiras delas sido identificadas por Becard (2008) e a última, mais recente, pode ser depreendida a partir da revisão bibliográfica de produções mais recentes a respeito dessa temática (BIATO JR., 2010; ESCHER, 2016; ESCHER et al., 2018; OLIVEIRA, 2015). A primeira fase descrita das relações entre Brasil e China tem início ainda no século XIX. Essa etapa pode ser considerada uma das mais longas quando se leva em conta a continuidade do contato diplomático entre os países, que foi interrompido no ano de 1964 com a instauração de uma ditadura militar no Brasil e a crença de que os sistemas político e ideológico da China representariam uma ameaça à ordem interna brasileira (BIATO JR., 2010; BECARD, 2008). Apesar disso, dados levantados junto ao Atlas da Complexidade Econômica (2016) nos indicam que a corrente de comércio entre os dois países não cessou nesse íterim. Malgrado a balança comercial negativa para o Brasil em

1964, o saldo comercial sino-brasileiro a partir de 1966 já se mostrava favorável ao país latino-americano, registrando US\$ 1,28 milhões. Em 1973, um ano antes da retomada do diálogo, o saldo da balança comercial entre Brasil e China foi de US\$ 64,67 milhões, valor esse que cai bruscamente no ano seguinte (ATLAS, 2016).

Diante disso, a próxima fase das relações sino-brasileiras começa no ano de 1974 com a reabertura dos canais de diálogo entre os países, conforme escreveu Becard (2008). Segundo a autora e Biato Jr. (2010), o fim do isolamento perante a China foi influenciado pela posição adotada pelos Estados Unidos de retomar seu relacionamento com o país asiático, o que pode ser uma das causas pelas quais a balança comercial sino-brasileira registrou apenas US\$ 18 milhões (ATLAS, 2016). A maior parcela dos produtos que partiam do Brasil em direção à China consistia em açúcar e derivados, seguidos por algodão, soja *in natura*, óleo de soja e uma pequena parcela de couro. A pauta exportadora composta majoritariamente por produtos primários não sofreu muitas alterações desde então, a não ser pela predominância de determinados produtos como a soja e o minério de ferro, na medida em que se avança para o final do século XX. A partir de 1978, embora ainda imersos no que se considera a segunda fase das relações sino-brasileiras, as trocas comerciais entre Brasil e China passam a ser oficializadas através da assinatura de um acordo comercial, o primeiro após o restabelecimento das relações diplomáticas. O marco coincide com o ano em que teve início o governo de Deng Xiaoping, na China, e o princípio do processo de abertura gradual da sua economia ao exterior, projeto que vinha sendo considerado desde pelo menos 1976 (NAUGHTON, 2008).

Seis anos após o acordo supracitado, em 1984, Brasil e China assinaram um documento complementar ao primeiro, comprometendo-se à promoção da diversificação da cesta de produtos trocados. Teve-se início, naquele momento, a fase que Becard (2008) identifica como sendo a de cooperação econômica entre Brasil e China, uma vez que se ampliaram as áreas de interesse do país asiático na economia brasileira e houve troca de experiências técnicas em diversos setores, com destaque para o energético e o de construção civil, conforme é apontado por Biato Jr. (2010). Atendo-nos aos produtos comercializados, dos mais de cem itens que integravam a lista elaborada no documento de 1984, destacava-se a presença massiva de produtos oriundos da atividade agropecuária a serem fornecidos pelo Brasil. A soja em grão ainda não aparecia nessa relação de mercadorias, constando apenas o óleo dessa leguminosa, naquela época produto ainda mais relevante para o contexto agrícola chinês.

A década de 1980 traz consigo profundas transformações socioeconômicas para a sociedade chinesa. Surgido ainda em conjuntura precedente, o processo de industrialização do país continuou como uma das prioridades do governo chinês que, desde então, passa a considerar o setor agrícola como de igual importância para a economia interna. Entretanto, a industrialização e, conseqüentemente, a urbanização que se acelerou a partir daquela década reduziu a quantidade de terras agricultáveis disponíveis. Em contrapartida, Escher (2016) destaca uma mudança no modo de vida da população urbana chinesa, a qual, com um aumento relativo de salário – o que também aconteceu na zona rural, embora os

salários sejam consideravelmente menores –, acabam por adotar novos hábitos alimentares. Destaca-se o maior consumo de proteína animal, notadamente de carne de porco. Com rebanhos cada vez maiores, conforme indicam dados do USDA (2012), e a maior demanda por ração animal – a qual é produzida a partir da mistura de grãos, majoritariamente soja – há pressão no campo para que haja maior fornecimento de matéria-prima para à sua produção. O consumo de outros produtos derivados da pecuária e ainda o maior consumo de óleo de soja pela população chinesa igualmente exerce pressão sobre a produção graneleira do país (ESCHER, 2016; FURTADO, 2019).

Ademais, Hoering e Sausmikat (2011) ressaltam o fato de que muitos produtores independentes, com o fim das exigências governamentais sobre a produção e a flexibilização do comércio, terem se voltado à produção de cultivos mais rentáveis à época, como de frutas e vegetais, deixando o mercado de grãos – agora sob responsabilidade de grandes produtores e empresas. A partir do início dos anos 2000, as grandes empresas do agronegócio mundial passam a atuar também no território chinês, empresas essas componentes do ABCDⁱⁱ do agronegócio (SCHARMA, 2014). Além delas, havia ainda a já atuante COFCO (China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation), uma das maiores estatais chinesas do setor, e as empresas oriundas de territórios vizinhos compondo o grupo denominado NOW: Noble, Olan e Wilmar (SCHARMA, 2014 *apud* FURTADO, 2019). Com o ingresso das tradings no país, a prática de comercialização entre empresas que antes era reservada somente à COFCO, de acordo com Scharma (2014), se intensifica e amplia a concentração do mercado de grãos no país, bem como o influxo dos produtos no território chinês. Em outras palavras, ao invés das aquisições serem feitas a partir dos pequenos e médios produtores que ainda resistem no campo, tais companhias preferem fazer o traslado da mercadoria *in natura*, concentrando-se majoritariamente na etapa de processamento do grão (SCHARMA, 2014; OLVEIRA, 2015).

Diante desse cenário, a década de 1990 surge como redefinidora das relações sino- brasileiras, no sentido de priorização do setor primário, do qual destacamos o protagonismo crescente das *commodities* agrícolas. Conforme aponta Biato Jr. (2010), o Brasil obteve relativa vantagem frente à China no quesito tecnológico principalmente nas décadas de 1960 e 1970, o que justificou o envio de bens de consumo duráveis para o país asiático. Ainda na década de 1980, Becard (2008) e Biato Jr. (2010) apontam para as trocas no setor da construção civil e engenharia, havendo mesmo a troca de experiências entre profissionais de ambos os países. Entretanto, com o processo de *catching up* pelo qual passa a China nos anos 1990, segundo Nogueira (2015), movido tanto pela sua necessidade de atualização da base produtiva industrial para assegurar a competitividade frente aos novos mercados quanto pela garantia de sua reinserção nas cadeias produtivas globais (NOGUEIRA, 2015 *apud* FURTADO, 2019), transforma as relações desse país com seus parceiros comerciais, notadamente na América Latina.

Países latino-americanos como o Brasil, Argentina e México se transformaram em fornecedores de recursos naturais e matérias-primas para o país asiático, que se tornou oficialmente um importador de grãos em meados da década de 1990

(BROWN, 1995; NAUGHTON, 2008; SCHARMA, 2014). No entanto, a partir de 2004 o protagonismo das relações comerciais da América Latina com a China ganhou impulso, na medida em que naquele ano houve uma visita do então presidente chinês à América do Sul, o que reforçou as alianças previamente delineadas (JENKINS, 2010). Retomando para a década de 1990, tem-se no Brasil o movimento de liberalização da economia a partir da adoção de ideais neoliberais, o que permitiu o maior ingresso de empresas estrangeiras no país. Por outro lado, apesar da conjuntura econômica de crise, um reflexo principalmente da década de 1980, Magalhães (2002) ressalta o papel essencial que a atividade agropecuária desempenhou nas exportações brasileiras durante todo esse período, sendo o único setor, de acordo com referido autor, a apresentar um saldo comercial positivo na década (MAGALHÃES, 2002 *apud* FURTADO, 2019). A China estabeleceu, nesse sentido, as bases das relações bilaterais futuras com o Brasil, representando assim uma nova fase nas relações sino-brasileiras.

Não obstante a década em questão ser a principal no que tange ao estabelecimento de acordos de cooperação e de comércio entre Brasil e China, a agroindústria e, mais amplamente, o agronegócio passam a figurar como um dos setores estratégicos que orientariam as relações entre os países. Ainda assim, e malgrado os fluxos crescentes de capitais que partem da China em direção ao exterior, a parcela que chega para a agroindústria nacional se dá quase que excepcionalmente através da aquisição de mercadorias, ganhando relevância na pauta exportadora brasileira a partir da segunda metade dos anos 1990. Ao final da década, a China se consagra como segundo maior parceiro comercial brasileiro, tendo consumido em sua maioria óleo de soja, soja em grão – que respondia por 21,8% das exportações para o país asiático já em 1998 (FURTADO, 2019) –, açúcar e derivados, café, dentre outros. À época, de acordo com o Atlas (2016), o Brasil era o maior exportador de produtos de origem primária para a China, intercalando vez e outra com a Argentina (ATLAS, 2016).

A terceira fase das relações sino-brasileiras adentram os anos 2000 e atingem um de seus primeiros picos no ano de 2004, quando da ocorrência do fenômeno conhecido como *boom das commodities*. A partir de então, registra-se uma curva ascendente na comercialização de produtos agropecuários entre Brasil e China que culminou, entre 2008 e 2009, no segundo ponto mais alto da fase em questão, marcando a tomada de posição da China como o principal parceiro comercial do Brasil e segundo maior importador de *commodities* agrícolas (COMEX STAT, [s.d.]). Nesta última categoria, o país asiático perde apenas para a União Europeia (AGROSTAT, [s.d.]). Mais do que isso, estabelece-se aqui – no princípio da crise econômica mundial e na reinvenção da inserção chinesa na economia internacional – a quarta e mais recente fase das relações sino-brasileiras, também identificada nos trabalhos de Escher et. al. (2018)ⁱⁱⁱ.

Enquanto o mundo passava por intensos desequilíbrios no setor econômico, a China se coloca como um dos países responsáveis pelo aumento dos preços das *commodities* em escala global em função de sua demanda e na forma como se dava o seu crescimento interno, semelhante a outros países subdesenvolvidos do período (PRATES; CUNHA, 2011), contribuindo assim para a manutenção de um

saldo comercial positivo com o Brasil, principalmente quando se considera isoladamente a balança comercial de produtos agropecuários (AGROSTAT, [s.d.]). No período em questão, a soja já representava um destaque na pauta exportadora brasileira para a China: em 2008, mais de 32% de todo o valor enviado em mercadorias para o país correspondia à soja. Quatro anos mais tarde, entretanto, essa cifra cai para 29,17%, embora o cenário como um todo seja de crescimento (FURTADO, 2019). Entretanto, é exatamente no intervalo de dois anos entre 2012 e 2014, quando o país asiático e o Brasil se tornam oficialmente Parceiros Estratégicos Globais, que se pode definir a China como maior parceiro comercial do Brasil, uma vez que ela ultrapassa a União Europeia nas importações de produtos agropecuários e se torna o maior comprador nesse setor. A diferença se amplia ainda mais em 2015 e, a partir de então, os produtos agropecuários se tornam maioria dos produtos enviados ao país e, destes, a soja se torna absoluta. Considerando a soja enviada pelo Brasil ao exterior, a China passou a adquirir metade do total exportado, patamar que chega a 75,36%, em 2013, o equivalente a 32 milhões toneladas (COMEX STAT, [s.d.]). Atualmente, mais de 80% de todo o montante de soja destinado tem o país asiático como destino, o que torna a China um dos principais agentes atuantes no espaço agrícola brasileiro.

O argumento acima apresentado aplica-se principalmente ao que se chama aqui de quarta fase das relações sino-brasileiras, que teve início em 2008. Isso se deve ao fato de, conforme mostrado por Escher et. al. (2018), a forma como o país asiático passou a se inserir na economia brasileira, mais especificamente no setor agropecuário, deixou de ser apenas através da compra direta do produto e se realiza a partir de então através do aumento da presença das empresas chinesas. O ingresso de estatais e semi-estatais chinesas no Brasil não pode ser encarado como uma novidade que surge apenas a partir da década atual, como nos comprovam os estudos de Oliveira (2015) e Oliveira (2016) indicando a presença de empresas do agronegócio chinês no Brasil desde pelo menos 2005. De fato, Oliveira (2015) indica a dificuldade de essas empresas se estabelecerem no país devido a presença das tradicionais companhias do ramo, como a Bunge e a Cargill apenas para citarmos dois exemplos. Apesar disso, as diferentes estratégias adotadas pelos investidores dentro de um contexto de crise econômica global, segundo aponta Sassen (2016), fazem a compra de terras – em menor escala – e os investimentos realizados diretamente no território brasileiro se destacarem a partir de 2010 principalmente.

Em decorrência de fatores previamente mencionados como a escassez de terras na China, a superexploração das terras em utilização (HOERING; SAUSMIKAT, 2011), a demanda crescente por grãos decorrente da maior produção de ração, sobretudo, e a urgente necessidade de garantir a sua segurança alimentar – que, de acordo com Nogueira (2018), encontra-se no limiar do aceitável –, o país asiático se volta em um primeiro momento para a produção e armazenamento de grãos no Brasil, em um curto período que perdura de 2007 a 2015, e em um segundo momento, que perdura até atualmente, à dinamização das cadeias produtivas, focando principalmente na etapa da distribuição. Dentre as principais áreas receptoras desses investimentos se encontram a região de Cerrados do Centro-Norte (MATOPIBA) que, em conjunto com o Centro-Oeste, se tornaram

estratégicos na inserção chinesa no Brasil e, mais do que isso, para a garantia do suprimento de sua demanda por *commodities* agrícolas e recursos naturais de modo geral.

Inserção da China nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA): entre o mercado de grãos e a instalação de sistemas logísticos

Com o que Jenkins (2008) chamou de ofensiva chinesa na América Latina a partir de 2004 e a necessidade cada vez mais pungente de adquirir grãos do exterior, o Brasil se torna um dos principais fornecedores da matéria-prima para a China, conforme brevemente discutido na sessão anterior. Diante desse cenário, para além das tradicionais regiões produtoras que já apareciam anteriormente como exportadores de produtos agropecuários para o país asiático (Sul, Sudeste e Centro-Oeste), uma nova porção do território nacional se destaca nas mais recentes trocas sino-brasileiras: tratamos aqui dos Cerrados do Centro-Norte ou MATOPIBA, terminologia que foi adotada a partir de 2015. Sendo uma das mais recentes áreas de expansão da fronteira agrícola brasileira, o MATOPIBA entra no radar da China especialmente a partir do *boom* das *commodities*, quando municípios dos quatro estados integrantes da região passam a enviar matérias-primas para o país asiático. Anteriormente a esse marco temporal, apenas municípios baianos (Oeste da Bahia) e maranhenses possuíam maior participação na corrente de comércio sino-brasileira, que contava com o envio de sisal e mais tarde algodão, milho e soja. Para melhor analisarmos as formas através das quais a China se inseriu no MATOPIBA, dividimos os dados em três categorias: compra direta de *commodities* agrícolas; os investimentos diretos, mormente em infraestrutura logística e, por fim, a aquisição de terras.

Considerando-se, como recorte territorial, o espaço dos Cerrados do Centro-Norte, identifica-se 28 municípios que exportam ou exportaram ao menos uma das *commodities* supracitadas entre os anos de 2000 e 2017, sendo a soja o único produto que foi comercializado por todos os municípios mapeados. Quanto às demais *commodities*, o algodão baiano é o que tem maior participação nos envios que partem do MATOPIBA para a China, seguido do Piauí. Apenas os municípios do Tocantins não foram identificados como exportadores de algodão para o país asiático. Em contrapartida, o milho é a *commodity* que teve menor participação na pauta exportadora dos municípios do MATOPIBA para a China: dentro do período em questão, apenas Balsas (Maranhão), Porto Nacional (Tocantins) e Barreiras (Bahia) participaram dos escoamentos de mercadorias primárias para a China e, ainda assim, de forma não contínua durante os dezoito anos analisados (COMEX STAT, vários anos). A justificativa para a baixa demanda por milho dos produtores do MATOPIBA, repetindo o mesmo padrão identificado para o Brasil, se sustenta em dois fatos expostos por Scharma (2014): embora presente na mistura de grãos utilizada como ração para o estoque de animal vivo, a parcela de milho é menor do que a de soja e, ainda, sendo tal cultura agrícola uma das poucas de consumo em grande escala que a China é autossuficiente, ao menos em médio prazo.

Sendo assim, o maior fluxo de mercadorias que parte do MATOPIBA para a China consiste em soja, uma amplificação do que observado em escala nacional. A parcela do grão destinada ao país entre 1997 e 2003 parece quase inexistente se comparada àquela dos períodos posteriores, sobretudo a partir de 2004. Entretanto, a participação do grão no total das exportações já se mostrava predominante: em 2003, mais de 80% do valor exportado em mercadorias pela região correspondia a soja. No ano seguinte, o valor foi de US\$ 35,81 milhões ou 96,23% do total. Apenas em 2010, no contexto de crise econômica mundial, a parcela representativa da soja é reduzida, decrescendo para 78,93% do valor exportado. De 2012 a 2017, os municípios do MATOPIBA experimentaram um aumento de 176% no valor comercializado de soja com a China, atingindo em 2017 US\$ 1,85 bilhões. Essa cifra correspondeu a 9,1% das exportações brasileiras do produto para a China naquele mesmo ano (COMEX STAT, vários anos, *apud* FURTADO, 2019).

Em termos de quantidade exportada, o gráfico 1 abaixo mostra como ocorreu a evolução das exportações de soja do MATOPIBA para a China no período que se estende de 2000 a 2019. Mesmo com a representatividade expressiva dos envios de soja no ano de 2004, é em 2005 que o fluxo entre a região e a China começa a se expandir, tendo sido deslocadas naquele ano 500 mil toneladas do produto. Em uma nova alta, os valores passam para 753.791 toneladas, em 2008, indicando um crescimento de mais de vinte vezes nas exportações entre 2003 e 2008. Considerando a origem das exportações, temos inconsistências apenas para os municípios piauienses, que exportaram apenas nos anos de 2006 e 2008 (COMEX STAT *apud* FURTADO, 2019). Apenas a partir de 2012 o Piauí passa a ter registros contínuos de exportações de soja para a China.

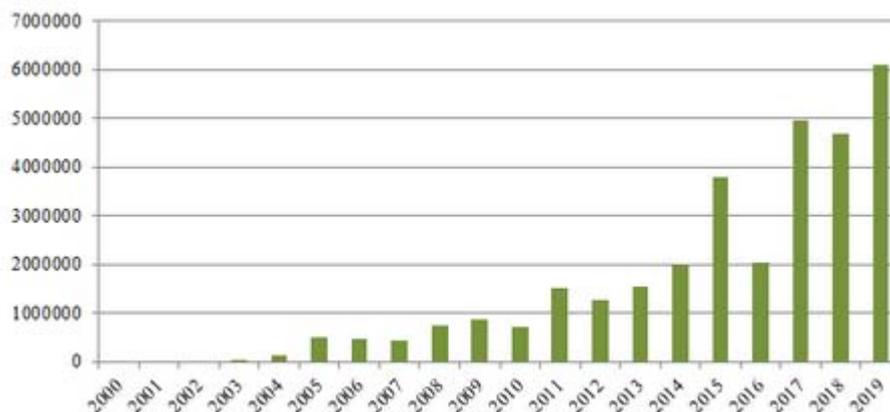


Gráfico 1 – Exportações de soja dos municípios dos Cerrados do Centro-Norte para a China entre 2000 e 2019 (em toneladas). Fonte: Comex Stat / MDIC, vários anos. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Elaboração própria.

Lideradas pela Bahia, as exportações de soja do MATOPIBA para a China registraram uma nova alta em 2011, com 1,5 milhões de toneladas, das quais 50,39% correspondem aos municípios baianos. Após uma breve desaceleração

das importações chinesas no ano seguinte, a partir de 2013 tem-se uma curva ascendente, com uma nova inflexão em 2016 causada pela desaceleração do crescimento da economia chinesa que teve início em 2015. Ainda assim, os valores nos períodos de arrefecimento do mercado são significativos em escala regional e equivalem às maiores levas de investimentos chineses tanto na área de estudo quanto em escala nacional. Considerando o intervalo de 2012 a 2014, há um crescimento de 58,93% nos envios, ao passo que no biênio 2014-2015 essa taxa sobe para 88,8%. Assim, de 1,99 milhões de toneladas exportadas no ano de 2014, os municípios do MATOPIBA enviam 3,77 milhões no ano de 2015 (COMEX STAT *apud* FURTADO, 2019). O ano de 2019 representa um recorde geral dos envios de soja dos municípios dos Cerrados do Centro-Norte para a China, indo na contramão da tendência nacional: enquanto o Brasil experimentou uma queda nas exportações de quase 10 milhões de toneladas, passando de 68,5 milhões, em 2018, para 57,9 milhões, em 2019, a região ampliou as exportações em cerca de 30%, superando as 6 milhões de toneladas (COMEX STAT, 2020).

Como indica o gráfico, após a perda de mais de 1 milhão de toneladas em vendas, a recuperação entre 2016 e 2017 se dá de forma acelerada, e os municípios dos Cerrados do Centro-Norte batem um recorde de comercialização de soja com a China no período em análise, enviando ao país asiático 4,9 milhões de toneladas do produto. Nesse mesmo ano, o montante do MATOPIBA correspondeu a 9,19% dos envios nacionais, recuando para 6,8% ao final do período. Comparando à produção, o cruzamento dos dados do Comex Stat com as informações de Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE, indicam que apenas no ano de 2017, quando a demanda chinesa foi a maior registrada para a região, pouco mais de 50% do total produzido foi enviado para a China, tendo superado os 20% desde pelo menos 2011 (FURTADO, 2019).

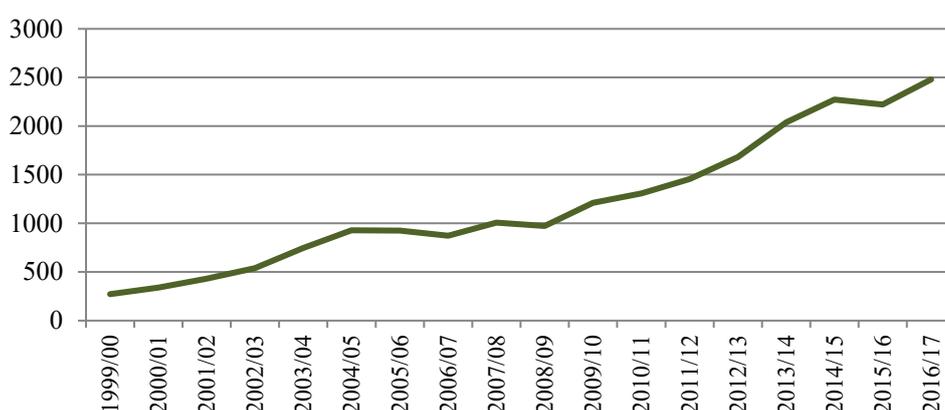


Gráfico 2 – Área plantada com soja pelos municípios dos Cerrados do Centro-Norte (em mil hectares). Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Elaboração própria.

Haja vista a importância que a soja adquire, portanto, na pauta exportadora dos Cerrados do Centro-Norte do país para a China, e levando em consideração a curva do gráfico 2 acima, podemos concluir que desde pelo menos a safra 2004/05 há interferências da demanda chinesa pela *commodity* e a sua área plantada nos municípios da região. A correlação fica ainda mais clara quanto mais se caminha para o final do período, notadamente a partir de 2014. Essa constatação nos auxilia, dessa forma, na compreensão dos interesses chineses em outro aspecto da produção graneleira do MATOPIBA, qual seja: o arranjo logístico e a forma como se dá o escoamento dessa produção organizada em volumes cada vez maiores e com um sentido de urgência inexistente no princípio do período de análise.

Empresas chinesas no MATOPIBA e as diferentes estratégias de investimentos: aquisição de terras e dinamização das cadeias produtivas

A presença de empresas chinesas do agronegócio no Brasil é uma realidade desde a segunda metade dos anos 2000, quando as suas primeiras tentativas de se estabelecer no espaço agrícola brasileiro têm início, o que acontece através da aquisição de propriedades rurais com vistas à produção. Pensando em escala nacional, o processo de compra de terras começa no ano de 2007 e se intensifica a partir de 2010, o que se dá em um contexto global de transformação na forma como ocorreu a aplicação de capitais estrangeiros notadamente após a crise econômica global de 2008 (SASSEN, 2016). Na nossa área de estudo, entretanto, a identificação detalhada de aquisições de terras realizadas por empresas chinesas se dá principalmente no intervalo de tempo de três anos entre 2007 e 2010, sendo possível mapear outros casos fora desse espectro temporal, embora com ausência de informações mais específicas como o propósito da transação e os principais agentes envolvidos.

Através do LAND MATRIX foi possível obter tal grau de detalhamento, tendo sido encontrado cinco casos de compra de terras por empresas chinesas ou com participação de capital chinês no Brasil no ano de 2007, dos quais três se encontram na região do MATOPIBA. Desses três, dois são localizados no Oeste da Bahia e um deles no Tocantins, sendo este último sem especificação de município. Os primeiros se localizam em Jaborandi e Correntina, e juntos somam 19.611 hectares destinados à plantação de algodão e soja e de cana-de-açúcar, no caso do segundo município. No caso do Tocantins, a China aparece como único país investidor, tendo feito a aquisição de mais de 16 mil hectares de terra para o cultivo de soja. As empresas envolvidas nessa situação são a Zhejiang Fudi Agriculture Company e Heilongjiang State Farm Company, também atuantes no Sul do Brasil (LAND MATRIX, [s.d.]). A aquisição realizada no estado do Tocantins é listada por Oliveira (2015) dentre aquelas que não tiveram continuidade por motivos que vão desde a burocracia estatal brasileira (diferente daquela enfrentada em outros países) até a inviabilidade estrutural das propriedades. O referido autor relata a revenda das terras adquiridas no Tocantins entre 2007 e 2008 para a Chongqing Grain Group, sendo que as duas empresas eram,

inicialmente, proprietárias dos lotes voltados para a produção de soja no território chinês (OLIVERA, 2015, p. 10). No mesmo período em que a transição é realizada, a Chongqing assina um memorando de entendimento com o governador baiano à época (2011) para a dinamização da cadeia produtiva da soja e do algodão, sendo o processamento e armazenagem o principal foco da empresa (DÉCIMO, 2011). O desenvolvimento dos projetos da Chongqing tinha, inicialmente, a previsão de aquisição de 200 mil hectares de terras no município de Barreiras com o custo de US\$ 879 milhões (DATALUTA; GRAIN). A Reuters, por sua vez, indica um custo total que varia na faixa de US\$ 2 a 4 bilhões. Apesar das cifras expressivas, o plano da Chongqing não teve prosseguimento, como indica reportagem de Stauffer (2014) que aponta um pequeno trecho submetido à terraplanagem, mas que já havia sido retomado pela flora local (STAUFFER, 2014).

Como citamos anteriormente, conforme apontado por Oliveira (2015), um dos principais empecilhos para a continuidade da aquisição de terras por empresas chinesas no Brasil estava calcado na burocracia brasileira. No ano de 2012, a Advocacia Geral da União (AGU) publicou uma portaria que limita a quantidade de terras passíveis de serem de propriedade estrangeira, o que serve de catalisador para a mudança na estratégia de atuação das empresas chinesas no espaço agrícola nacional, notadamente nas áreas de fronteira agrícola. Uma dessas empresas é justamente a Chongqing, que passa a se destacar na comercialização de soja e no controle da cadeia produtiva brasileira dessa *commodity* em conjunto com a COFCO (STAUFFER, 2014). Não obstante, as novas regras de aquisição e as alternativas encontradas pelas principais empresas chinesas do agronegócio para se manterem atuantes no cenário nacional e regional, outros registros de aquisição de terras são encontrados na literatura consultada para os períodos que sucedem a portaria de 2012.

Levando em consideração os estados que comportam os municípios do MATOPIBA, os dados disponibilizados pelos relatórios do DATALUTA do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), indicam a presença de três empresas chinesas na Bahia, sendo elas a Bahia Speciality Cellulose S.A, a Chongqing e a COFCO. Esta última tem a sua presença ampliada na região em decorrência do processo de fusão e aquisição que se processa no ano de 2014 com as empresas Noble e Nidera, processo esse que acaba por transferir as propriedades para a estatal chinesa. Com isso, a COFCO passa a administrar 30 das 50 propriedades encontradas no nome de empresas chinesas e/ou de capital chinês (DATALUTA, 2015; 2016). Cabe observar ainda que a aquisição efetuada pela Bahia Speciality Cellulose não acontece nos Cerrados do Centro-Norte (MATOPIBA), mas sim em Camaçari, tendo como objetivo a monocultura de árvores plantadas (DATALUTA, 2015; 2016).

Tomando como referência a aquisição de terras por empresas chinesas no território nacional, uma reportagem, de 17 de dezembro de 2018, do diário Gazeta do Povo indicava que até o final do ano de 2018 cerca de 10 mil hectares estavam sob a posse de alguma empresa e/ou agente chinês, os quais se distribuíam por 664 propriedades. Assim como vimos afirmando, a reportagem reforça o argumento de que os chineses estão se voltando cada vez mais ao

investimento em infraestrutura (circulação e escoamento de mercadorias, principalmente) e energia elétrica de um modo geral, o que se torna ainda mais evidente quando se considera a maneira pela qual se deu a evolução dos investimentos no recorte territorial do MATOPIBA.

Quando se analisa a distribuição espacial dos principais investimentos^{iv} chineses no Brasil, constata-se que pelo menos até 2014 havia concentração no Sul e Sudeste, com casos pontuais nas demais regiões do país. Embora esse padrão de concentração ainda permaneça, houve um espraiamento dos investimentos chineses para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, notadamente aqueles oriundos de empresas de infraestrutura logística, energia elétrica e outras cujas atividades se concentram no setor primário da economia. Voltando para os estados com os quais trabalhamos, é a Bahia quem recebe o maior influxo de capitais chineses, sendo muito mais recente (datada de 2017 e 2018) o interesse dos investidores provenientes do país asiático em municípios dos estados do Tocantins e Piauí. O Maranhão, como veremos, é atualmente um dos estados que abriga um dos principais (e com maior quantidade de informações disponíveis) projetos de aperfeiçoamento e dinamização das cadeias produtivas originárias nas áreas de fronteira agrícola desenvolvidos por empreiteiras chinesas e visando a eficácia do abastecimento interno da China, qual seja: a construção de um terminal portuário privado. Este, em conjunto com a ampliação de estradas de ferro mediante a construção de linhas férreas por empresas chinesas na mesma região – conectando-a com o Centro-Oeste –, é o retrato fidedigno da nova fase de investimentos chineses no Brasil e, ainda, do seu principal interesse nas regiões de fronteira agrícola do país, sendo atualmente um dos principais agentes de transformação espacial nessas porções do território.

Entre 2007 e 2012, foram identificados apenas quatro investimentos nos estados que compõem o MATOPIBA, sendo três deles na Bahia e um no Maranhão. Dos registros para a Bahia, o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) lista o mesmo investimento da Chongqing que trabalhamos anteriormente, sendo o principal listado para o intervalo de tempo determinado. Há ainda a instalação da JAC Motors no município de Camaçari, que acabou por ser abandonado no ano de 2017, deixando dívidas da ordem de R\$ 500 milhões ao estado baiano (BOCHICCIO, 2017). Ainda nesse íterim há o estabelecimento de uma parceria entre a chinesa Sinopec e a Petrobrás para a compra de dois blocos exploratórios nas águas da Bacia do Paraná-Maranhão (CEBC, 2013). Em 2013, apenas um investimento é listado para a região em estudo, sendo esse o da Foton Motors no valor de US\$ 125 milhões na Bahia, em Camaçari, para a construção de uma fábrica montadora de veículos (CEBC, 2014). Ainda que não diretamente relacionado aos investimentos chineses na região, é interessante notar que, no mesmo período, um jornal local do Piauí (TV Clube, de 8 agosto 2013) reportou um aumento no número de migrantes chineses que gerenciam negócios locais na capital do estado que, em 2011, foi apontado como sendo o que abriga a maior população de origem asiática no Brasil, com predomínio de chineses (ESTADÃO; CIDADE VERDE, 2011).

Entre 2014 e 2015, além da ampliação da atuação da COFCO da região a partir do processo de fusão e aquisição da Nidera e da Noble, tem-se o ingresso da chinesa

State Grid no Brasil através de um leilão conduzido pela ANEEL para a ampliação das linhas de transmissão de Belo Monte. O estado do Tocantins é parte integrante da área onde a malha da empresa irá passar, incluindo ainda os estados do Pará, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro (CEBC, 2016 *apud* FURTADO, 2019). Em 2015, a ChemChina adquiriu 26,2% das ações da Pirelli e passa a atuar em algumas das fábricas brasileiras, dentre elas, a unidade localizada na Bahia. Ainda nesse estado, o Bank of Communications (BoCom) adquire 80% das ações do Banco da Bahia (BBM S.A.), tornando-se o Banco BOCOM BBM S.A. Em 2015, também teve início o estreitamento dos laços entre os investidores chineses e o Piauí, quando acontece no estado uma reunião entre políticos piauienses, dentre eles o governador do estado, o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, empresários e investidores (VIAGORA, 2015). De acordo com reportagem do Portal Costa Norte (2015), o principal interesse à época residiu na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Piauí.

Para 2016, o CEBC lista dois empreendimentos no Maranhão, sendo um deles a construção de uma usina de aço pela CBSteel (China Brazil China Brazil Xinnenghuan International Investment). Escher et. al. (2018) identificaram também um investimento que repercutirá no Tocantins, sendo este a aquisição parcial da Fiagrill pela Hunan Dakan/Pengxin. O mais importante empreendimento, entretanto, retomando a listagem do CEBC, se encontra no litoral maranhense, e tem início quando a China Communications Construction Company (CCCC) adquire 80% das ações da Concremat Engenharia em 2016. Quase que concomitantemente, é anunciada a participação da empresa na construção de um Terminal de Uso Privado (TUP), em São Luís (Maranhão). A obra, sob responsabilidade da empreiteira WPR (Grupo WTorre), teve valor inicial de R\$ 400 milhões, tendo sua pedra fundamental sido lançada em 2018. De acordo com o *site* da Concremat (20 mar. 2018), o porto multicargas “vai se tornar um dos maiores e mais importantes portos do Brasil”. Em contrapartida, a construção e viabilização de tal empreendimento tem alterado profundamente a vida da população local: a área do TUP sobrepõe a praia de Parnauçu, que abriga a comunidade Cajueiro – uma das cinco comunidades que vivem no local, somando ao todo 500 famílias, as quais vivem principalmente da pesca artesanal, da agricultura familiar e do extrativismo vegetal (DURAN, 2017). Os moradores, de acordo com Duran (2017), já vinham relatando métodos truculentos de tentativa de remoção e diversas táticas de intimidação, ainda que a comunidade estivesse regularizada pelo INCRA (NOGUEIRA, 2018).

A despeito dos conflitos gerados a partir de empreendimentos efetivados com capital chinês, outros encontros entre o governo maranhense e a Câmara Brasil-China aconteceram em 2017 na tentativa de reforçar parcerias em outras áreas, com destaque para a produção primária. O mesmo aconteceu em janeiro de 2018 no Piauí, encontro esse que estabeleceu a geração de energia elétrica (fotovoltaica e eólica) e os portos como principal interesse chinês no estado (PIAUI, 2018), como ocorre com a usina de energia fotovoltaica no município de São Gonçalo (ANSA, 2019).

Verifica-se, nesse sentido, que os investimentos chineses que já se concretizaram ou os que se projetam para o MATOPIBA indicam que a presença desse capital

contribuirá em grande medida para que a região ganhe novas dinâmicas não somente em sua base produtiva agropecuária e da agroindústria, mas também em sua estrutura de organização espacial. A construção de infraestrutura logística ou de energia configura-se como indutora dessas transformações no espaço. Tais investimentos com a envergadura econômica apontadas nesse texto certamente produzirão impactos socioambientais importantes para as populações agroextrativistas da região, como os que já são vivenciados pela Comunidade Cajueiro, com a construção do sistema portuário do terminal privado, em São Luís, Maranhão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante uma aliança datada das eras imperiais de ambos os países, Brasil e China só experimentaram o estreitamento de laços e o (re)desenho do que viria a ser uma relação bilateral relativamente sólida a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente após o ano de 1974, quando houve a retomada do diálogo após um hiato de uma década. Embora o interesse pelos produtos primários sempre tivesse existido, foi apenas em 2004 que o *boom* das *commodities* impulsionou as vendas para o país asiático, que viria quatro anos mais tarde a se tornar o principal parceiro comercial do Brasil e, quase uma década depois, o maior consumidor de produtos agrícolas nacionais, superando mesmo a União Europeia. Essa transição não teria sido possível sem o aumento expressivo da produção brasileira que acontece a partir do avanço das fronteiras agrícolas para as regiões Norte e Nordeste do país, o que culmina na formação da região que denominamos nesse texto de Cerrados do Centro-Norte ou MATOPIBA. Mesmo que esta região não seja a principal fornecedora de grãos para a China, ela tem desempenhado papel fundamental na nova fase de ingressos de capitais originários do país asiático no espaço agrícola brasileiro que acontece a partir de 2010 – intensificando-se em 2014 –, e mais amplamente na forma como se dá a transformação da cadeia produtiva dos principais produtos de interesse chinês, com destaque para a soja.

O padrão de investimentos observados para a escala regional, isto é, no MATOPIBA, segue aquele identificado para o território nacional, embora, e conforme o esperado, em escalas mais amplas e com consequências de maior peso na dinâmica espacial local. A compra de terras pareceu de extrema importância em um primeiro momento, notadamente no oeste baiano, mas esse tipo de transferência de capitais foi permitindo à intensificação dos fluxos de *commodities* agrícolas que partem da região em direção à China e, ainda, ao processo de dinamização das cadeias produtivas dessas mercadorias para a garantia do abastecimento interno chinês. Dito de outro modo, a China se volta para a compra, transporte e escoamento para o exterior de grãos, em primeiro lugar, mas também de algodão, outro importante produto que compõe os produtos comercializados entre o MATOPIBA e a China – o que também repete o padrão nacional.

Assim, pode-se dizer que o país asiático se tornou atualmente um dos principais agentes transformadores da dinâmica espacial dos Cerrados do Centro-Norte uma vez que, do lado da produção, pressiona cada vez mais para a ampliação da produção através de sua demanda crescente por grãos, o que acontece devido ao novo modo de vida que se instalou no país asiático no presente século e nas alterações da dieta populacional. Por outro lado, a escassez de terras e, por conseguinte, a incapacidade de suprimento da demanda interna por alimentos e ainda a dependência das importações de grãos, que acontecem sobretudo entre empresas estatais, faz com que estas voltem seus interesses para a garantia do abastecimento através de investimento em setores estratégicos, como o de infraestrutura logística, atuando através da criação de infraestrutura de transporte e armazenamento. Os casos do terminal portuário em São Luís (Maranhão) e projetos energéticos, sobretudo fotovoltaicos e eólicos, representam bem a atuação chinesa de hoje nas áreas de interesse, agindo de forma a priorizar suas demandas internas em detrimento da integridade do tecido espacial local. O Estado, na figura dos governos locais, se torna um dos principais viabilizadores e incentivadores desse processo, o que tende a se intensificar na região do MATOPIBA, tendo em vista o crescente número de reuniões entre representantes dos governos locais e de líderes regionais com empresários e investidores chineses e cujas consequências poderão ser observadas a médio e longo prazo (FURTADO, 2019). Sendo assim, projeta-se para essa região nos próximos anos avanços no processo produtivo agropecuário, especialmente de monocultivos de grãos e algodão, bem como o crescimento de investimentos chineses em setores de infraestrutura de transportes e energia.

REFERÊNCIAS

AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (MAPA). Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/index.html>>.

A GAZETA DO POVO. Chineses estão comprando as terras do Brasil? Levantamento revela o quadro atual. Brasília, 17 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/mercado/chineses-estao-comprando-as-terras-do-brasil-levantamento-revela-o-quadro-atual-d84we11se0b5mu762653vixqm/>>.

ANSA. Enel inicia expansão de parque solar São Gonçalo, Piauí. 22 agosto 2019. Disponível em: <http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/brasil/natureza/2019/08/22/enel-inicia-expansao-de-parque-solar-sao-goncalo-no-piaui_1de0949c-49d1-4d33-8c36-a881b211334d.html>.

BAHIA NOTÍCIAS. Rui se reúne com embaixador da China e defende manutenção de parceria com país. 20 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/229261-rui-se-reune-com-embaixador-da-china-e-defende-manutencao-de-parceria-com-pais.html>>.

BASE DE DADOS sobre Investimento Direto Chinês (IDE) no Brasil no período de 2010 a 2016 (Base GIC). Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/index.php/gic/publicacoes/outros>>.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O Brasil e a República Popular da China: Política externa comparada e relações bilaterais (1974 – 2004). Brasília: FUNAG, 2008, 330p.

BERGÈRE, Marie-Claire. A economia da China Popular. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1979, 128p. Tradução: Waltensir Dutra.

BIATO JR, Oswaldo. A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Fundação Alexandre Gusmão, 2010, 440p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/899-A_Parceria_Estrategica_Sino-Brasileira.pdf>.

BOLETIM de Investimentos Chineses no Brasil – Ministério do Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-de-investimentos-estrangeiros>>.

BOCHICCHIO, Regina. Governo baiano vai denunciar caso JAC Motors a autoridades chinesas. A Tarde, 19 dez. 2017. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1922280-governo-baiano-vai-denunciar-caso-jac-motors-a-autoridades-chinesas>>.

BROWN, Lester R. Who Will Feed China? Wake-up Call for a Small Planet. New York / London: W. W. Norton & Company, 1995, 163p.

CIDADE VERDE. Piauí torna-se o Estado brasileiro com a maior proporção de asiáticos. Estadão via Cidade Verde, 30 jul. 2011. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/81656/piaui-torna-se-o-estado-brasileiro-com-maior-proporcao-de-asiaticos>>.

COMEX STAT. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>.

CONCREMAT. CCCC investe em porto no Maranhão. CONCREMAT, 20 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.concremat.com.br/cccc-investe-em-porto-no-maranhao/>>.

CONSELHO Empresarial Brasil-China (CEBC). Boletim de Investimentos Chineses no Brasil (2012-2013). Maio de 2014, 20p. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2014/07/12/investimento-chineses-no-brasil-2012-2013/>>.

CONSELHO Empresarial Brasil-China (CEBC). Investimentos Chineses no Brasil (2014- 2015). Novembro de 2016, 32p. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2017/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2014-2015/>>.

CONSELHO Empresarial Brasil-China (CEBC). Investimentos Chineses no Brasil (2016). Maio de 2017, 30p. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2018/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2016/>>.

DATALUTA. Relatório – Brasil 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_relatorio_brasil_2015_publica_do2016.pdf>.

DATALUTA. Report. – Brazil 2016. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_en_2017.pdf>.

DURAN, Sabrina. Subsidiária da WTorre no Maranhão derruba casas e ameaça moradores para construir porto em área de reserva. AG Jornalismo, 18 ago. 2017. Disponível em: <<http://ag.jor.br/blog/2017/08/18/subsidiaria-da-wtorre-no-maranhao-derruba-casas-e-ameaca-moradores-para-construir-porto-em-area-de-reserva/>>.

ESCHER, Fabiano. Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural: uma análise institucional comparativa de Brasil e China. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ESCHER, Fabiano; WIKILSON, John; PEREIRA, Paulo. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. In: CEBC. China: Direções Globais de Investimentos (2018), pp. 190-228. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2018/10/18/china-direcoes-globais-de-investimentos-2018/>>.

FURTADO, Paloma C. C. Guitarrara. Agronegócio e dependência externa: análise das relações sino-brasileiras e sua influência em escala regional - o caso dos Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA). 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.

GOVERNO FEDERAL. Ferrovia EF-334/BA - Ferrovia de Integração Oeste - Leste-FIOL (trecho entre Ilhéus/BA e Caetité/BA). Disponível em: <<https://www.ppi.gov.br/ferrovia-ef-334ba-ferrovia-de-integracao-oeste-lest-fiol>>.

GRAIN. GRAIN releases data set with over 400 global land grabs (23 Feb. 2012). Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/4479-grain-releases-data-set-with-over-400-global-land-grabs>>.

GRAIN. The global farmland grab in 2016: how big, how bad? (14 jun. 2016). Disponível em: <<https://www.grain.org/en/article/5492-the-global-farmland-grab-in-2016-how-big-how-%20bad>>.

HOERING, Uwe; SAUSMIKAT, Nora. Agriculture in China: Between self-sufficiency and global integration. Essen: Asienstiftung/German Asia Foundation, 2011. Disponível em: <<https://www.eu>>

[china.net/uploads/tx_news/Agriculture in China - Between self-sufficiency and global integration.pdf](http://china.net/uploads/tx_news/Agriculture_in_China_-_Between_self-sufficiency_and_global_integration.pdf) >.

JENKINS, Rhys. China's Global Expansion and Latin America. In: *Journal of Latin America Studies*, 42, Cambridge University Press, 2010, pp. 809-837.

JEQUIÉ REPORTER. Chineses confirmam ajustes para assumirem projetos da FIOLE e Porto Sul. 21 março 2018. Disponível em: <<http://www.jequiereporter.com.br/blog/2018/03/21/89869/>>.

KUPFER, David; FREITAS, Felipe Rocha de; Direção do investimento chinês no Brasil 2010-2016: estratégia nacional ou busca de oportunidades. In: *China: Direções Globais de Investimentos* (2018). CEBC, 2018, pp. 130-173. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2018/10/18/china-direcoes-globais-de-investimentos-2018/>>.

LAND MATRIX. Disponível em: <<https://landmatrix.org/>>.

MAGALHÃES, Luiz Jésus d'Ávila. *Comércio Internacional, Brasil e Agronegócio*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002, 121p.

NAUGHTON, Berry. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. Massachusetts Institute of Technology, 2007, 545p.

NOGUEIRA, Isabela. Estado e Capital em uma China com classes. In: *Rev. Econ. Contemp.* (online). 2018, vol.22, n.1, e182211. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rec/v22n1/1415-9848-rec-22-01-e182211.pdf>>.

NOGUEIRA, Isabela. Política de fomento à ascensão da China nas cadeias de valor globais. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa. (Orgs.) *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015, pp. 45-80.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. A luta travada pela comunidade de Cajueiro (MA) pelo direito de continuar existindo. In: *Brasil de Fato*, 24 abril de 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/24/a-luta-travada-pela-comunidade-de-cajueiro-ma-pelo-direito-de-continuar-existindo/>>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Iände Editorial, 2016, 545p. Disponível em: <<http://agraria.fflch.usp.br/publicacoes>>.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. Chinese and Other Foreign Investments in the Brazilian Soybean Complex. In: *BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)*, Working Paper 9, 2015, 36p. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/bicas_working_paper_9_oliveira.pdf>.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016, 1ª edição. Tradução: Angélica Freitas.

SCHNEIDER, Mindi. Feeding China's Pigs: Implications for the environment, China's Smallholders Farmers and Food Security. Institute of Agriculture and Trade Policy, may 2011.

SCHARMA, Shefali. The Need for Feed: China's Demand for Industrialized Meat and Its Impacts. In: Global Meat Complex: The China Series. Institute for Agriculture and Trade Policy, February, 2014, 40p. Disponível em: <https://www.iatp.org/sites/default/files/2017-05/2017_05_03_FeedReport_f_web_0.pdf>.

STAUFFER, Caroline. ESPECIAL – Grande projeto agrícola da China na Bahia é, até agora, um campo vazio. In: Reuters Brasil, 4 abril de 2014. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPEA3303V20140404>>.

THE ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY, Center for International Development at Harvard University. Disponível em: <<https://atlas.cid.harvard.edu/>>.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). Economic Research Service. China Agriculture Economic and Data. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/data-products/china-agricultural-and-economic-data/>>.

WIZIACK, Julio. China quer construir ferrovia atravessando o Brasil. Folha de S. Paulo, 26 nov. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1938331-china-quer-construir-ferrovia-no-brasil.shtml>>.

Contato com o autor: Paloma Cristina Costa Guitarrara Furtado <paguitarrara@hotmail.com>

Recebido em: 25/03/2020

Aprovado em: 11/09/2020

ⁱ O artigo aqui apresentado foi produzido a partir dos principais resultados publicados em Dissertação de Mestrado (referenciada como FURTADO, 2019) produzida pela primeira autora sob a orientação do prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves.

ⁱⁱ O acrônimo ABCD se refere às empresas ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus.

ⁱⁱⁱ Os referidos autores não nomeiam essa fase como a quarta fase das relações sino-brasileiras, mas sim a identificam, dentro de sua própria periodização e metodologia de análise, como sendo uma nova etapa nas negociações e trocas entre Brasil e China, principalmente em se tratando investimentos no setor agropecuário.

^{iv} Para a exposição dos investimentos chineses realizados nos estados do MATOPIBA, optamos pela apresentação de todos os registros identificados, uma vez que ainda é recente o interesse da China pela dinâmica produtiva e espacial daquela região.